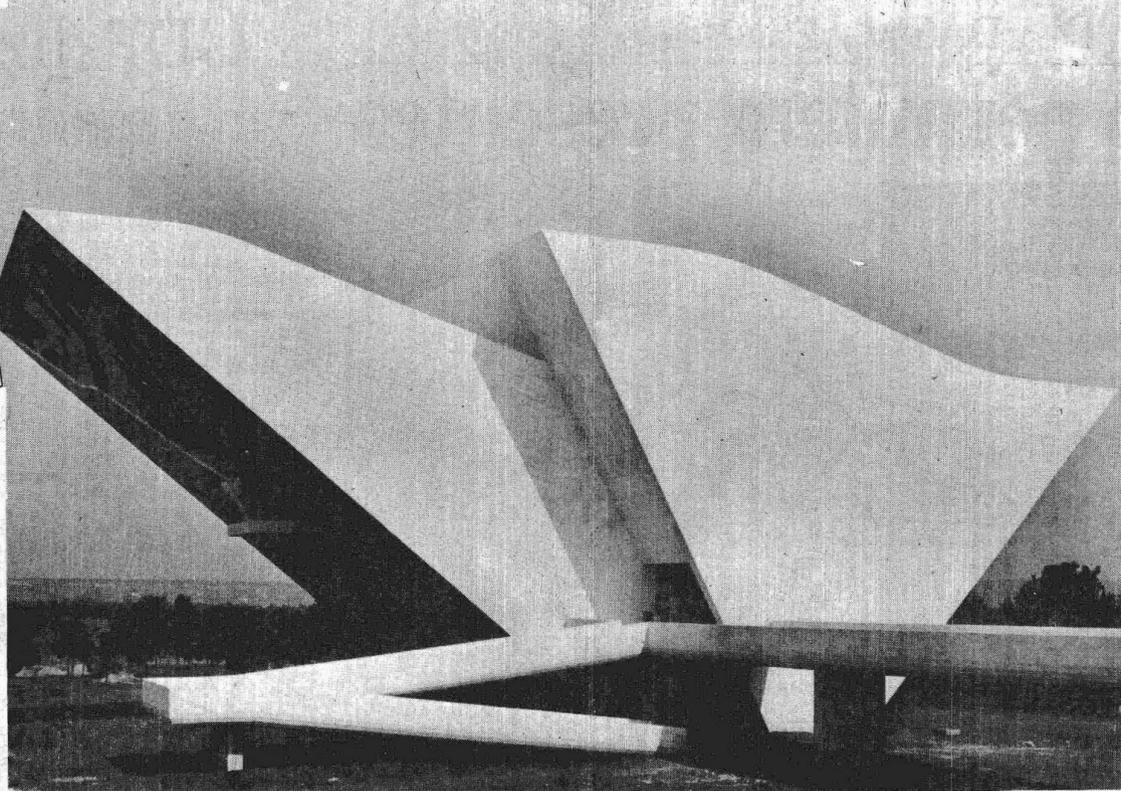




Alguns marcos assinalam o resgate cultural da cidade, como o Panteão, (foto), que não custou nada aos cofres públicos, e a Casa do Cantador, ambos patrocinados pela iniciativa privada. A estratégia do atual Governo é convocar a sociedade para as ações desencadeadas em algumas faixas e enfrentar os desafios naqueles campos onde só o poder público deve provar sua competência, como no caso da prestação de serviços básicos.



Tempo de mudança

Em dois anos apenas, Brasília retomou marcha para o futuro.

Ao completar, ontem, seu segundo ano, o Governo José Aparecido se destacou em três aspectos principais, no conjunto de sua ação político-administrativa: a transparência absoluta de seus atos, a restauração das concepções originais de Brasília e a elaboração do I Plano Trienal do Distrito Federal.

Desde sua posse, o governador José Aparecido manteve rigorosa fidelidade aos compromissos assumidos com a comunidade, enunciados em sucessivos pronunciamentos e confirmados através de atos corajosos, embasados no princípio da igualdade de todos perante a lei.

O assassinato do jornalista Mário Eugênio, até então tido como insolúvel, dadas as injunções policiais-militares que evocava, criou um clima nocivo de intranquilidade em todas as camadas da população. Houve mesmo um clamor de justiça e revolta contra as evidências de impunidade, com vistas, ainda, a diversos crimes caracterizados por seqüestros, no Distrito Federal, e execuções em Goiás.

Com a nomeação, pelo Governador, de uma Comissão de Investigação composta de representantes de diversos setores da sociedade, que contou com a cooperação de especialistas da Polícia de São Paulo, os matadores de Mário Eugênio foram identificados, presos e entregues à Justiça em um mês. Atualmente estão sendo julgados pelo Tribunal do Juri. O "Esquadrão da Morte" detectado pela polícia foi desbaratado e seus integrantes também foram presos e submetidos a processo.

De forma idêntica a esses casos, todos os atos subsequentes do Governo foram marcados, nesses dois anos, por sua inegável transparência. Todas as questões polêmicas foram submetidas, invariavelmente, à participação e aval da sociedade. É o caso das 71 Comissões de Inquéritos, de Sindicância, de Estudos e de Grupos de Trabalho, criados com a finalidade de imprimir inequívoca transparência à ação governamental.

Logo no início de sua gestão, o Governador José Aparecido priorizou a defesa intransigente do meio ambiente, com a execução do projeto da Ciclovía, para recuperação e democratização da margem do Lago Paranoá, e com o combate firme aos loteamentos irregulares e ilegais, que se alastravam até a Área de Proteção Ambiental do rio São Bartolomeu, comprometendo o importante manancial.

O longo período do Regime Militar, que manteve Brasília sem contato direto com os seus planejadores, contribuiu para distorções de natureza viária, em alguns de seus projetos fundamentais. Ao constatar esta realidade, José Aparecido convocou ao trabalho interrompido os artistas-construtores da Cidade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx.

O resultado aí está: — novos projetos arquitetônicos de Oscar Niemeyer, como o Panteão da Pátria Tancredo Neves, a Casa do Cantador, na Ceilândia, os abrigos para taxistas em todo o Distrito Federal e os projetos de Escolas, em execução;

— os trabalhos do Professor Lúcio Costa, primeiro projetando as quadras econômicas, ao longo das vias de ligação entre o Plano Piloto e as Cidades-Satélites, em seguida, num estudo mais detido, propondo a criação de novas áreas de habitação: o projeto tomou o nome de

"Brasília Revisitada", e já foi aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente;

— a revisão geral dos jardins de Brasília, pelo seu criador, o paisagista Burle Marx, com a indicação dos trabalhos de recuperação e revigoramento das áreas ajardinadas.

A constatação de que Brasília não se salva sozinha, ou por si mesma, levou o Governo a convocar, com o co-patrocínio dos Ministérios do Desenvolvimento Urbano, do Interior e da UnB, um encontro de âmbito nacional, para discutir as questões geradas pelo gigantismo urbano prematuro, consequência da pressão migratória, de dimensões nacionais.

O simpósio "Brasília: Concepção, Realidade, Destino", com a participação de técnicos e analistas dos mais diferentes pontos do país, coordenado pelo Professor Figueiredo Ferraz, abordou todos os aspectos do desenvolvimento urbano do Distrito Federal e suas implicações, atuais e futuras no Entorno e na Região Geoeconômica.

Desse balanço, resultou a "Carta de Brasília", documento sobre o qual se debruçam, hoje, os estudiosos e os técnicos na busca de soluções para os problemas graves e prementes, entre os quais se destacam os da moradia, do emprego, da segurança, da saúde, da educação, do transporte e do abastecimento. Problemas que se tornam mais dolorosos, na medida em que não se encontram meios adequados de deter ou pelo menos desviar do Distrito Federal o caudal migratório, que a pressiona em todos os sentidos.

Um dos desafios do ano 2.000, que temos de enfrentar daqui por diante, é exatamente o da contenção do fluxo migratório ou de seu direcionamento para as regiões limítrofes do Distrito Federal.

Tanto o Entorno, constituído de onze cidades goianas e uma mineira, como a Região Geoeconômica, que abrange 90 municípios, que podem funcionar como barreiras naturais contra a migração descontrolada, precisam de apoio político e econômico, que lhes garanta as condições de desenvolvimento necessárias ao cumprimento dessa nova tarefa.

Mais tetos para a cidade que avança

A explosão demográfica, ainda fora de controle, é responsável pelo déficit de moradias, que o Governo vem procurando reduzir, através de programas de habitações sociais e de preparação de áreas urbanizadas para novos assentamentos populares.

Entretanto, só uma avaliação rigorosa da demanda poderia dar ao Governo a dimensão do problema. Por isso, através da CODEPLAN — Companhia de Desenvolvimento do Planalto — e da SHIS — empresa pública responsável pela execução da política habitacional, procedeu-se ao cadastramento geral do sem-teto, com inscrição aberta em todas as Cidades-Satélites e no Plano Piloto, por um período de 90 dias.

Foram cadastrados mais de 190 mil candidatos.

As inscrições, entretanto, permanecerão abertas por mais algum tempo. É um número fantástico que, entretanto, es-

tá além da realidade social do Distrito Federal, pois não puderam inscrever-se os que chegaram nos últimos cinco anos e que, como os demais, sonham com a segurança de uma moradia, sem o pagamento de aluguel.

Para 1987, que a ONU considerou, por decreto, como o "Ano Internacional da Habitação para os Desabrigados", o Governo do Distrito Federal programou a construção de cerca de 20 mil habitações, destinando a sua maior parte às categorias sociais de baixa renda, sem perder de vista a classe média, que está também beneficiada com programas específicos.

O crescimento populacional desordenado, resultante da ocupação de espaços de forma indisciplinada, resultou na formação de favelas ou "invasões" dentro do território federativo e na sua periferia, agravando ainda mais a situação dos equipamentos urbanos, superados pela realidade demográfica. Mesmo que os Governos passados — e alguns deles tentaram honestamente — tivessem executado projetos de ampliação dos serviços públicos, é muito pouco provável que os investimentos alcançassem, a contento, os níveis da demanda.

O mercado de trabalho, limitado pela ausência de grandes indústrias locais e sem ressonância no Entorno e na Região Geoeconômica, não tem condições de atender à grande massa de migrantes, aumentando os índices de desemprego aberto, com estimativas superiores a 200 mil pessoas.

Outra componente perversa, que emerge desse quadro crítico, é a violência urbana, estuário natural de duas vertentes autônomas: o desemprego de um lado, e a deficiência do aparelho policial, de outro.

Na restauração da democracia no Brasil, adotou-se a filosofia política de reformulação, em profundidade, do próprio conceito de segurança. Nos regimes totalitários, a finalidade básica é a incolumidade do Estado. Nas democracias o que conta, fundamentalmente, é a segurança dos cidadãos, de seus bens — dos bens particulares de cada um e dos bens públicos, que pertencem a todos.

Para fazer face à crescente violência ur-

bana, o Governo adotou um programa de reequipamento do aparelho de segurança, tanto em recursos humanos, como em viaturas e instrumentos de trabalho. Houve recrutamento de novos homens para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros, em etapas que ainda estão se sucedendo, com providências paralelas para aquisição de nova frota de veículos. Em fevereiro deste ano, a Secretaria de Segurança recebeu, além de um helicóptero para seus serviços de busca e captura de marginais, 116 veículos novos, equipados para o policiamento. Um mês e pouco depois, já em abril, foram entregues 30 carros com equipamentos de Rádio Patrulha, de um total de 80 já encomendados.

Ainda nesse conjunto, destaca-se, em cores vivas, a questão dos transportes urbanos. Além de insuficiente, esse serviço público tem características próprias no Distrito Federal, dadas as condições de seu desempenho: o usuário embarca e desembarca, na maioria dos casos, no início e no fim das linhas de percurso, sem a rotação intermediária, que viabiliza economicamente a operação.

Para atender à demanda no início do século, foram realizados estudos de

Uma das características do governo José Aparecido, no Distrito Federal, é a realização de obras a preço zero para o erário. Tarimbado em política e, muito mais, tarimbado na arte da convivência, ele sabe ir direto a fontes de recursos, nunca dantes vislumbradas por administradores enquadrados apenas nos orçamentos.

Pelo menos seis obras de importância para a vida do Distrito Federal — algumas pelo seu sentido eminentemente social e outras pela sua expressão emocional — foram inauguradas, sem a pressão dos seus custos sobre os cofres do GDF.

São elas: o Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes. Obra prima de Oscar Niemeyer, transformada em realidade pelo empresário Amador Aguiar, que através da Fundação Bradesco também atuou na Ceilândia, com a Escola Bradesco, para dois mil alunos.

A Casa do Cantador, também na Ceilândia, é outra realização, que brinda os poetas populares com uma sede. Foi construída com o apoio do empresariado da construção civil e do mercado imobiliário.

O Gran Circo-Lar, já entregue ao povo, nas proximidades da Rodoviária, se tornou possível com o apoio financeiro do Banco Nacional e da Fiat de Automóveis.

O primeiro conjunto das chamadas Quadras Lúcio Costa, para pessoas de baixa renda, com 24 blocos de apartamentos, em vias de conclusão, custou 32 milhões de cruzados. Dinheiro da SEPLAN, a fundo perdido.

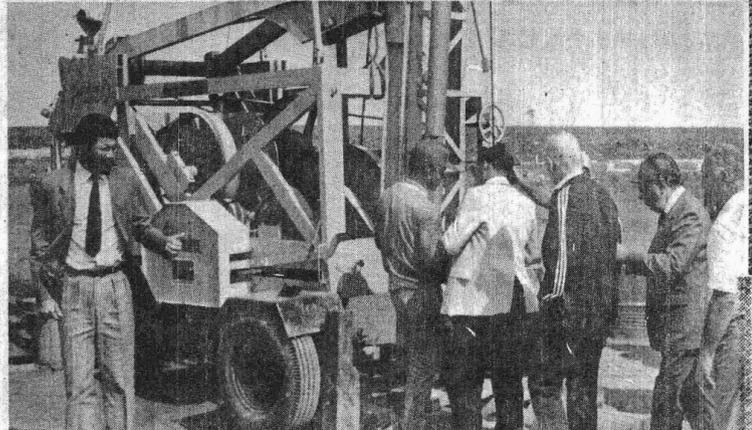
E, finalmente, as 500 casas do Mutirão, no Setor M de Taguatinga, construídas em um dia, com a cooperação das famílias selecionadas para recebê-las e o fornecimento gratuito de 7 mil refeições pelo comércio local.

viabilidade técnica, capazes de determinar a melhor alternativa para um sistema de transportes urbanos, que atenda às peculiaridades do Distrito Federal, oferecendo meios rápidos e seguros de locomoção para os milhões de moradores previstos para o Distrito Federal no ano 2.000.

No mesmo sentido e quase com os mesmos condicionamentos, encontra-se o abastecimento de água, cujo sistema de captação, tratamento e distribuição já é insuficiente para atender ao consumo normal da Capital.

Para a virada do século, temos de equacionar a questão do suprimento de água à população prevista, de quatro milhões de pessoas, com a mobilização de recursos hídricos quase três vezes superiores aos de hoje. Para isso, o trabalho já foi iniciado, com a pesquisa de mananciais próximos a Brasília e a elaboração de projetos técnicos, que viabilizem a sua captação.

Preocupado com a precariedade dos serviços de atendimento médico-hospitalar, o Governo partiu para uma política de Saúde, com objetivos definidos: combater as desigualdades entre as comunidades do Plano-Piloto e as das Cidades-Satélites, com a ampliação da capacidade geral das emergências e dos ambulatórios de hospitais e postos de saúde; ampliar e reformar, com urgência, os Hospitais de Base, os regionais do Gama, de Taguatinga e da Ceilândia e o Pronto Atendimento Psiquiátrico; reequipamento do instrumental cirúrgico de toda a rede de hospitais da Fundação Hospitalar e renovação da frota de ambulâncias.



Dante de Oliveira, ao visitar o Combinado Agrourbano: Brasília dá o exemplo DF parte na frente em saúde

Ao lado da realização das obras de reforma, e da intensificação do atendimento em todas as escalas, foi reativado o Convênio 13/84, entre o Distrito Federal, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério da Saúde e a UnB. Pelo Decreto 8.801, foi criada a Comissão Interinstitucional de Saúde do DF, que passou a coordenar o programa Ações Integradas de Saúde na Capital da República. Hoje, o atendimento médico-hospitalar do Distrito Federal, sob a gerência única da Secretaria de Saúde, é feita por toda a rede, hoje unificada, de hospitais, postos e centros, antes distribuídos entre o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do INAMPS, o Ministério da Saúde, a UnB e o GDF. Todo cidadão, segurado ou não da Previdência Social, tem acesso ao atendimento emergencial, ambulatorial e hospitalar na Capital da República. Além disso, 49 medicamentos básicos estão sendo distribuídos gratuitamente aos clientes dos Centros de Saúde.

Esta integração do setor, iniciada em Brasília, está-se estendendo a todo o país, com os melhores resultados.

Outra iniciativa pioneira do Governo José Aparecido é o aproveitamento da Granja do Riacho Fundo para a instalação de um Hospital-Dia, destinado a atendimento psiquiátrico, sem internamento.

No setor educacional, além dos esforços para recuperar escolas, em grande número fechadas por falta de condições de funcionamento, o Governo José Aparecido teve de enfrentar o crescimento, em cerca de 20 mil alunos, da demanda de matrícula em 1985. Em 1986, embora melhoradas as condições dos estabelecimentos escolares e construídos outros, em diversas Cidades-Satélites, a situação do ensino público em Brasília continuou dramática, tornando-se ainda mais grave com a greve do professorado, que agora se repetiu, quase que com os mesmos condicionamentos da anterior.

Mas, com a obtenção de recursos para a aplicação do Plano de Cargos e Salários, e com os programas de obras do Plano Trienal, o ensino público na Capital da República caminha para a necessária estabilidade.



Preocupado com a segurança da população, o governador mandou inspecionar os ônibus

A arquitetura de Oscar Niemeyer chegou até às cidades-satélites com projetos como o da Casa do Cantador (foto) até em abrigos para motoristas de táxi. O estilo do genial criador da arquitetura fascinante de Brasília deixou de ser privilégio do Plano Piloto

